



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

22 :: janeiro :: 2016

Justiça solta todos os presos da 'Operação Avalanche'

Estão soltos todos os seis presos da 'Operação Avalanche', deflagrada em novembro do ano passado pela Polícia Civil e pelo Ministério Público Estadual (MPSE) para apurar um dos esquemas que integram o Escândalo das Subvenções. Eles são acusados de desviar verbas repassadas pela Assembleia Legislativa (Alese) à Associação Sergipana de Produtores de Eventos (Aspe). Ontem, o juízo da 9ª Vara Criminal de Aracaju concedeu habeas corpus ao presidente da Aspe, Márcio José Gois, ao motorista André Santos Almeida e à secretária Alessandra Santana Menezes. Eles foram libertados no final da manhã de ontem e deixaram as delegacias onde estavam detidos.

Antes, a Justiça também já tinha concedido a liberdade ao casal de empresários Uilson Félix de Farias, conhecido como 'Wilson Avalanche' e Edivânia Farias, donos de uma empresa de eventos e apontados como líderes do esquema de desvio de verbas investigado na operação, no qual a Aspe estaria envolvida. O filho dos empresários, Thiago Menezes Farias, foi solto no mês passado, por decisão do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Todos são acusados pelo crime de lavagem de dinheiro e respondem em liberdade a um processo que tramita em segredo de justiça na 9ª Vara Criminal de Aracaju.

O advogado de defesa de Uilson, Guilherme Martins Maluf, disse ontem que não havia mais motivos para a prisão dos réus, porque a lei estadual que regia a concessão das subvenções às entidades assistenciais - o gasto era de R\$ 12 milhões ao ano - foi declarada inconstitucional pelo próprio TJSE, em julho de 2015. Para Maluf, este fato anula o argumento que sustentava a prisão preventiva, o qual dizia que a prisão era necessária para impedir que os réus e suas associações continuassem recebendo recursos públicos.

Segundo as investigações da polícia e do Ministério Público, o esquema envolvia a movimentação de até R\$ 300 mil mensais em contas bancárias ligadas às empresas dos acusados, além de contratos de fachada envolvendo as firmas e a associação, que recebeu mais de R\$ 500 mil por indicação do deputado Paulo Hagenbeck Filho (PT do B), afastado nesta quarta-feira por ordem do TJSE. Uilson e os outros presos também são suspeitos de fraudar licitações de várias prefeituras do interior, como apontam documentos apreendidos pela polícia nas sedes das empre-